

CARTOGRAFIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS COMO FERRAMENTAS DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS: O CASO DA COMUNIDADE DO BANHADO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Counter-hegemonic cartographies as tools to achieve rights: the case of Banhado community, São José dos Campos – SP

Cartografías contrahegemónicas como herramientas para la efectivación de derechos: el caso de la comunidad de Banhado, São José dos Campos – SP

Marcel Fantin¹
Jeferson Cristiano Tavares²
Julio Cesar Pedrassoli³
Ivan Langone Francioni Coelho⁴
Augusto Cesar Oyama⁵
Breno Malheiros de Melo⁶

RESUMO:

Esse artigo apresenta a experiência de uso das geotecnologias e de uma Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) para prover visibilidade e suporte tecnopolítico para uma comunidade ameaçada de remoção. Com foco na regularização da terra e da moradia da comunidade do Banhado (São José dos Campos – SP) procura-se apresentar reflexões multifacetadas, especialmente em termos da cartografia social e de sua potência tanto para contrapor narrativas hegemônicas como para auxiliar na construção de planejamentos alternativos. Ao permitir um olhar ampliado sobre a comunidade, as ferramentas e as metodologias utilizadas contribuíram tanto para revelar um território invisibilizado pela cartografia oficial estatal como para prover uma base cartográfica detalhada aos moradores para que os mesmos consigam observar a destruição de seu território pelo aparato estatal e, ao mesmo tempo, possam propor um projeto alternativo que garanta a efetivação de seus direitos e a soberania sobre seu território.

Palavras-chave: Justiça ambiental, tecnopolítica, cartografia social, planejamento alternativo, remoções forçadas.

ABSTRACT:

The present paper discusses the experience of using geotechnologies and a Remotely Piloted Aircraft (RPA) to provide visibility and techno-political support to a community threatened with eviction. Focusing on the land titling and housing regularization in the community of Banhado (São José dos Campos - SP), this article seeks to present multifaceted reflections, especially in terms of social cartography and its power both to counteract hegemonic narratives and to assist the construction of planning alternatives. By allowing a broader look at the community, the tools and methodologies used have contributed to reveal an invisible territory in official state cartography and to provide a detailed cartography to residents, so that they can observe the destruction of their territory by the state apparatus and, at the same time, they also can propose an alternative project to the area that guarantees their rights and sovereignty over their own territory.

Keywords: Environmental justice, techno politics, social cartography, alternative planning, evictions.

¹ Instituto de Arquitetura e Urbanismo (USP). mfantin@sc.usp.br

² Instituto de Arquitetura e Urbanismo (USP). jctavares@usp.br

³ Universidade Federal da Bahia (UFBA). pedrassoli.julio@gmail.com

⁴ Escola de Engenharia de São Carlos (USP). ivan.coelho@usp.br

⁵ Escola de Engenharia de São Carlos (USP). augusto.oyama@usp.br

⁶ Escola de Engenharia de São Carlos (USP). breno_malheiros@usp.br

FANTIN, M; et al

RESUMEN:

Este documento presenta la experiencia de usar geotecnologías y un avión piloteado remotamente para proporcionar visibilidad y apoyo tecno político a una comunidad amenazada de desalojo. Centrándose en la regularización de la tierra y de la vivienda en la comunidad de Banhado (São José dos Campos - SP), busca presentar reflexiones multifacéticas, especialmente en términos de cartografía social y su poder tanto para contrarrestar las narrativas hegemónicas como para ayudar en la construcción de planificaciones alternativas. Al permitir una mirada más amplia a la comunidad, las herramientas y metodologías utilizadas han contribuido tanto a revelar un territorio invisibilizado por la cartografía oficial del estado como a proporcionar una base cartográfica detallada a los residentes para que puedan observar la destrucción de su territorio por el aparato estatal y al mismo tiempo pueden proponer un proyecto alternativo que garantice la realización de sus derechos y la soberanía sobre su territorio

Palabras clave: justicia ambiental, tecno política, cartografía social, planificación alternativa, desalojos.

1 INTRODUÇÃO

O caráter excludente e desigual do processo de urbanização brasileiro originou cidades repletas de problemas como falta de saneamento básico, escolas, atendimento médico hospitalar, transporte coletivo e habitação.

As favelas, expressão espacial importante desse processo e que surgem a partir de ocupações sem padrões técnicos e recursos financeiros adequados, são atualmente o local de moradia de cerca de 11,4 milhões de pessoas (6% da população do país) (IBGE, 2010).

A demanda por representações cartográficas que permitam circunscrever e mensurar as especificidades desse fenômeno em diferentes escalas (nacional, regional, municipal e local) considerando aspectos sociais, biofísicos, construtivos e planialtimetria está intimamente ligado ao processo de efetivação de direitos que se materializa através de regularização fundiária e urbanística. A existência de mapas imprecisos e pouco rigorosos sobre favelas ou mesmo a inexistências desses na maior parte das cidades brasileiras já denota o pouco interesse do poder público no conhecimento do tema e na efetivação de direitos dessa parcela da população, sendo isso por si só revelador.

Em geral, as favelas são excluídas da cartografia sistemática e até mesmo dos mapas das leis de zoneamento e dos planos diretores. Esse ocultamento no processo cartográfico, muitas vezes, é acompanhado pelo ocultamento físico da comunidade através da construção de muros e barreiras que procuram, de toda forma, negar e invisibilizar aquela realidade para o contexto da sociedade.

No caso do Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, a prefeitura formalizou uma solicitação a empresa Google para que as favelas fossem retiradas do Google Maps. O objetivo era promover uma cidade sem favelas para a Copa do Mundo de 2014. Tal medida veio acompanhada de ações concretas sobre o território como remoções, reintegrações de posse e com a “pacificação” dos Complexos do Alemão e da Maré, junto a outras comunidades (PITILLO, 2014).

FANTIN, M; et al

Mapeamento realizado por Faulhaber et al. (2015) demonstrou que a narrativa utilizada a partir das cartografias do risco (riscos geológico-geotécnicos e ambientais) privilegiou a remoção de comunidades em regiões de grande interesse para o mercado imobiliário. Na conjuntura pré-olímpica, 67 mil pessoas tiveram que se mudar, mais gente do que Pereira Passos e Lacerda removeram juntos.

Parafraseando Maricato (2001), podemos dizer que muitos são os fatores que determinam quando uma comunidade será ou não incluída nos mapas. Um nos parece principal: quando a localização de uma favela é valorizada pelo mercado imobiliário, o mapeamento é realizado, não para efetivar direitos, mas para justificar remoções.

Em um período onde as intervenções urbanas estão cada vez mais norteadas pelo empresariamento urbano, que tem o estado como sujeito ativo da dinamização da economia urbana através da atração de investimentos imobiliários, as cartografias cumprem um papel fundamental, pois elas materializam espacialmente o discurso técnico que justifica a ação, muitas vezes violenta, do estado contra essas comunidades.

Diante disso, se impõe o imperativo ético de garantir as comunidades ameaçadas de remoção não só o direito de disputar as narrativas dos fatos e de visibilizar a sua realidade, como também o direito de apresentar um planejamento alternativo que os tomem por sujeitos de direito e não por objeto de um modelo de urbanização neoliberal.

À luz dessa narrativa, este artigo busca discutir uma experiência do grupo Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão em Urbanismo (PExURB), do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos, envolvendo professores, estudantes de arquitetura e urbanismo, engenheiros ambientais e civis em parceria com a Univap e a ONG Veracidade. O trabalho tem sido desenvolvido junto aos moradores de uma comunidade em São José dos Campos, visando o desenho de um projeto de urbanismo e a construção de um plano popular como suporte para regularização fundiária.

2 UM BREVE OLHAR RETROSPECTIVO SOBRE A CONTRACARTOGRAFIA

John Brian Harley, uma figura seminal na história e filosofia da cartografia, inoculou em seus estudos a noção de que um mapa não é uma imagem objetiva e neutra da realidade; mapas acumulam omissões, intenções, valores, erros, ideologias, e escondem um conjunto de relações de poder com particularidades exclusivas e seletivas realizadas por um indivíduo, pelo mercado e/ou muitas vezes pelo Estado (HARLEY, 2001).

É nessa base conceitual que advém a contracartografia, que tem a cartografia social ou participativa como desdobramento, e que busca, em especial, desconstruir a lógica política e econômica de

FANTIN, M.; et al

certas organizações, mecanismos e hierarquias sociais, lançando luz a contradições e invisibilidades, e redesenhando a imagem do próprio mapa oficial e os interesses de dominação do uso da cartografia (MESQUITA, 2013). Em outros termos, “uma contracartografia é menos um objeto visual que acumula informações e mais uma oportunidade de ir além da própria representação dos mapas tradicionais para gerar diálogos e descobertas, potencializando suas narrativas em conjunto com as intervenções nos espaços públicos” (MESQUITA, 2013, p.177).

No Brasil, a partir dos anos 1990, multiplicam-se de forma notável experiências exemplares de inclusão de populações locais em práticas de mapeamento (ACSELRAD, 2010), sobretudo com a diversificação das formas de representação espacial e o surgimento de tecnologias de suporte para essa finalidade, como geotecnologias e aeronaves remotamente pilotadas (RPA), e da atuação de setores e sujeitos heterogêneos que disputam narrativamente contra a influência dos saberes ditos oficiais e dominantes, destacando-se ONGs, universidades, entidades ambientalistas, entidades associativas de quilombolas, indígenas, entre outros. É nessa medida que vai se cristalizando um eixo da representação cartográfica no qual se estabelecem relações “entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSELRAD, 2010, p.9).

Como registram Moore e Garzón (2010), em anos recentes, o contramapa tem se tornado cada vez mais uma estratégia chave e alternativa para avaliar e comunicar questões concernentes à justiça ambiental, saúde pública, planejamento urbano e direitos humanos. Cartografando as suas ausências (em termos, por exemplo, de direitos fundamentais, como habitação e acesso a serviços vitais de saneamento básico) e demandas por terra e território, a comunidade ou outros grupos sociais podem denunciar contextos e problemas particulares em que são expostos, articular e exigir soluções, além de subsidiar ações direcionadas a implementação de políticas públicas. Como referência interessante, Da Silva e Shaw (2011) documentaram e desdobraram, em pesquisa intitulada “Cartografia da favela”, a questão da violência, da desigualdade e as dinâmicas particulares internas de favelas em Recife e Olinda com esse olhar da contracartografia.

3 O CASO DA COMUNIDADE DO BANHADO: O MAPA DOS PLANOS E OS PLANOS DOS MAPAS

Situada na região central da cidade de São José dos Campos, o Banhado abriga relações territoriais estabelecidas por uma comunidade tradicional consolidada há mais de 80 anos, sendo a mesma composta por dois núcleos habitacionais: o Núcleo I; área mais adensada que foi ocupada por trabalhadores rurais atraídos pelas ofertas de trabalho na indústria entre 1960 a 1980; e o Núcleo II que

FANTIN, M; et al

se caracteriza por uma área espalhada por chácaras e ocupada desde a década de 1930 por pequenos agricultores (Alberini, 2015). Em ambos os casos, os moradores têm estreitos vínculos com o centro da cidade, seja no uso dos serviços públicos, trabalho e comercialização de produtos agrícolas. Essa população ocupa uma área de aproximadamente 255.000 m² e está estimada em 460 famílias, cerca de 2.000 pessoas (Figura 1).

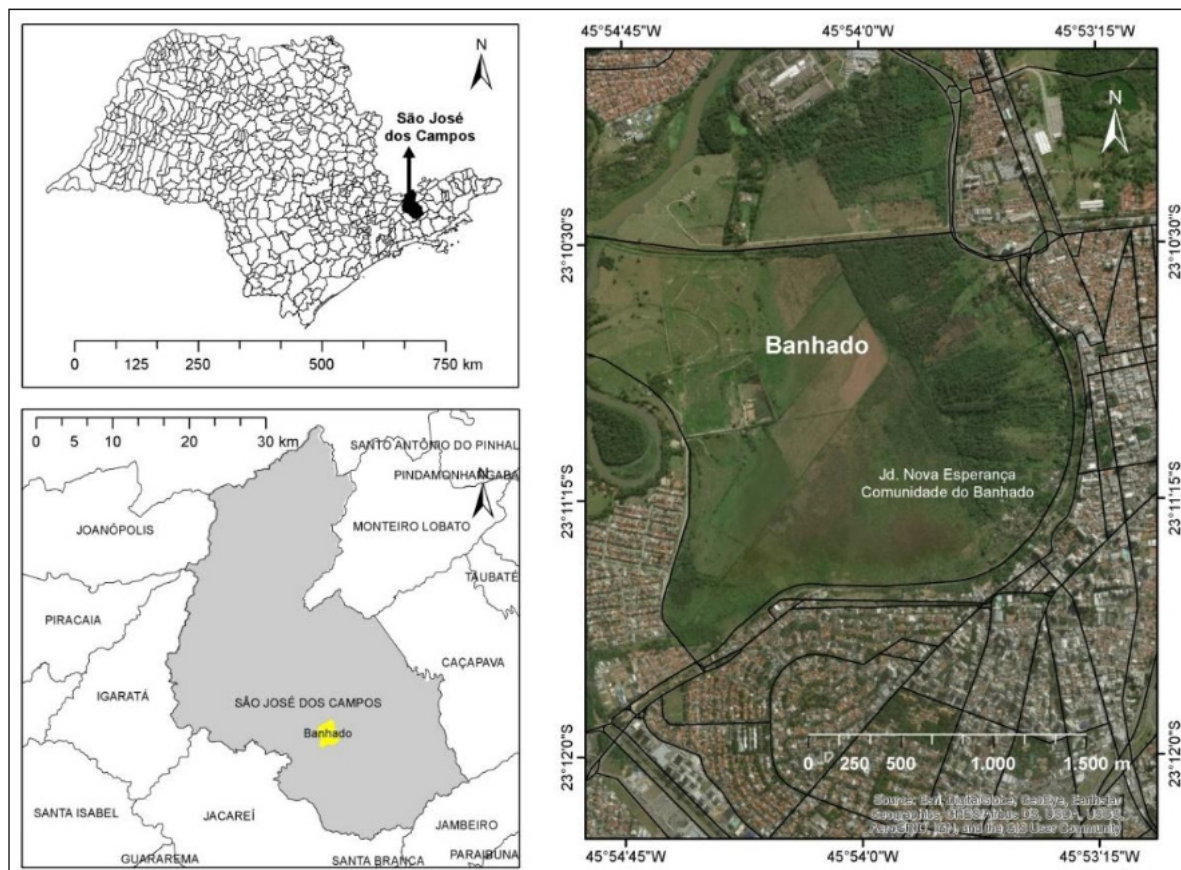


Figura 1: Localização do Município de São José dos Campos e da comunidade do Banhado. **Fonte:** Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Base Map do Arcgis 10.1

De acordo com Ab'Saber (1991), a área do Banhado de São José dos Campos é composta por um anfiteatro de escavação meândrica composto por uma bacia sedimentar originária das formações geomorfológicas de Tremembé e São José dos Campos (sistema de várzeas do Rio Paraíba do Sul e que se estende entre as cidades de Jacareí à Cachoeira Paulista). A encosta que caracteriza o anfiteatro tem aproximadamente 50 metros de altura e separa o centro da cidade do Jardim Nova Esperança. O local tem importante massa de vegetação e constitui uma imensa área verde, considerada cartão postal da cidade.

Tais características tornam a região do Banhado uma área de grande valor estratégico para o mercado imobiliário e para projetos de revitalização onde os interesses e direitos da comunidade que ali reside não estão incluídos.

Em geral, a cartografia oficial, tanto a sistemática como a temática, pouco ou nada represen-

FANTIN, M; et al

taram a comunidade do Banhado ao longo de sua existência. Isso foi acompanhado por um processo de regulação orientado por uma sucessão de embates ambientais e sociais que resultou em um lento, mas contínuo, processo de remoções dos moradores (Figura 2).



Figura 2: Plano Cartográfico do Estado de São Paulo desconsiderando a ocupação da comunidade do Banhado. Escala 1:1000. **Fonte:** Instituto Geográfico e Cartográfico (1978)

Na década de 1970, a área do Banhado tornou-se objeto específico de intervenção dado seu aspecto geográfico e ambiental. No segundo Plano Diretor, elaborado pelo escritório de Jorge Wilhelm, a área do Banhado foi caracterizada como um grande parque regional, garantindo um mirante para os primeiros contrafortes da Serra da Mantiqueira, sendo a existência da comunidade negada tanto no plano como nos mapas do plano. Na sequência, a Lei Estadual N° 11.262/2002 (Área de Proteção Ambiental do Banhado) seguiu o mesmo caminho, apresentando restrições de caráter geral, sendo que a mesma não teve o seu plano de manejo elaborado até o momento.

Desde os anos de 2000, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos-SP tem praticado iniciativas de isolamento da comunidade, cortando a provisão de serviços públicos, interrompendo vias e incentivado a saída de moradores. Os equipamentos sociais existentes na área (o espaço para enfermaria e tratamento odontológico e a Fundação Hélio Augusto de Souza, destinada para cursos técnicos de crianças e adultos) foram desativados e/ou demolidos pela prefeitura. Importante observar que essa não é uma iniciativa isolada, a mesma faz parte de uma estratégia de remoção de cerca de vinte favelas das áreas centrais para regiões periféricas de São José dos Campos e de constituição de um sistema viário estruturante que atrai e dinamiza empreendimentos imobiliários no município.

A partir daí se constitui uma política de pinça sobre a comunidade. Criou-se o Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB) que, por ser de proteção integral, aumentou a pressão pela

FANTIN, M; et al

remoção dos moradores, assim como o projeto de uma via expressa denominada Via Banhado (com previsão inicial de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) que prevê a remoção da comunidade em seu Estudo de Impacto Ambiental.

É no bojo dessas iniciativas que se desenvolveram mapeamentos mais específico da comunidade pela prefeitura. Com isso foram proibidas novas ocupações a partir de três cadastros socioeconômicos (2002, 2010 e 2014) realizados para organizar a remoção dos moradores. Posteriormente, a partir do Mecanismo Independente de Consulta e Investigação do BID, os procedimentos adotados pela prefeitura e pelo Banco foram questionados pela comunidade, sendo que o projeto da Via Banhado foi retirado da carteira de investimentos do BID no ano de 2017.

Em face dessa conjuntura, os moradores do Banhado se organizaram no intuito de propor alternativas e, principalmente, resistir, contra um modelo de urbanização caro ao poder público e contrário às necessidades dos moradores.

4 RPAS COMO FERRAMENTA PARA RECONHECIMENTO DE TERRITORIALIDADES E SOBERANIA TERRITORIAL: PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para auxiliar a comunidade do Banhado a propor uma alternativa à remoção a partir de um Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanística adotou-se como parte da fase de obtenção de dados geográficos um aerolevantamento com uso de RPA (Aeronave Remotamente Pilotada - DJI Phantom 4 Pro equipado com uma câmera com sensor CMOS de 20 MP e lente com abertura f/2.8) com a finalidade de se obter uma base aerofotogramétrica para a elaboração de mapas planialtimétricos, cadastrais e temáticos.

Essa foi a opção mais viável do ponto de vista técnico e financeiro (baixo custo) que possibilitou o desenvolvimento de um material cartográfico a partir de imagens com resolução espacial da ordem de três centímetros e precisão planialtimétrica superior às imagens de satélite gratuitas disponíveis.

Para a realização do voo a equipe do grupo PExURB desenvolveu uma metodologia de trabalho considerando sete planos de voo organizados por meio do aplicativo *Pix4D Capture* com o objetivo de recobrir integralmente a extensa área a ser levantada (cerca de 58,4 ha). Os principais tópicos de preocupação do grupo durante o planejamento de voo foram as condições meteorológicas, duração de cada missão de voo devido à baixa autonomia da bateria (cerca de 23 minutos) e organização da equipe para garantir a segurança dos envolvidos e de terceiros durante a atividade.

O voo foi conduzido a uma altura média de 80 metros e com uma sobreposição de fotos

FANTIN, M; et al

lateral e longitudinal de 80%. Após a fase de aquisição das imagens, seguiu-se a fase de processamento destes dados com transformações aplicadas sobre as imagens baseadas no método SIFT (*Scale Invariant Feature Transform*). Por meio da junção de todos os voos e processamento das imagens com o software *Agisoft PhotoScan*, os produtos finais obtidos foram um ortomosaico, um modelo 3D e curvas de nível com equidistância de 1 metro.

A produção do mosaico representou uma reversão no modo de se produzir informações espaciais, possibilitando o acesso à aerofotogrametria pela comunidade, o que significou um passo importante no processo de planejamento participativo ao prover um olhar ao mesmo tempo amplo e detalhado do Banhado.

Em conjunto com levantamentos realizados em campo foi possível, através de fotointerpretação com o suporte do SIG QGIS, vetorizar os lotes e suas características construtivas, inclusive em áreas onde a equipe de campo não obteve acesso. Também foram delimitadas e hierarquizadas vias, assim como valas e valetas de esgoto e situações de risco. Essas cartografias (Figura 3) têm sido essenciais para auxiliar tanto os profissionais do Plano Popular quanto a comunidade para contrapor os argumentos do poder público apresentados para a remoção das moradias. Esse contraponto é facilitado em função dos mapas com melhor nível de detalhamento estarem agora em poder da comunidade e não da prefeitura.

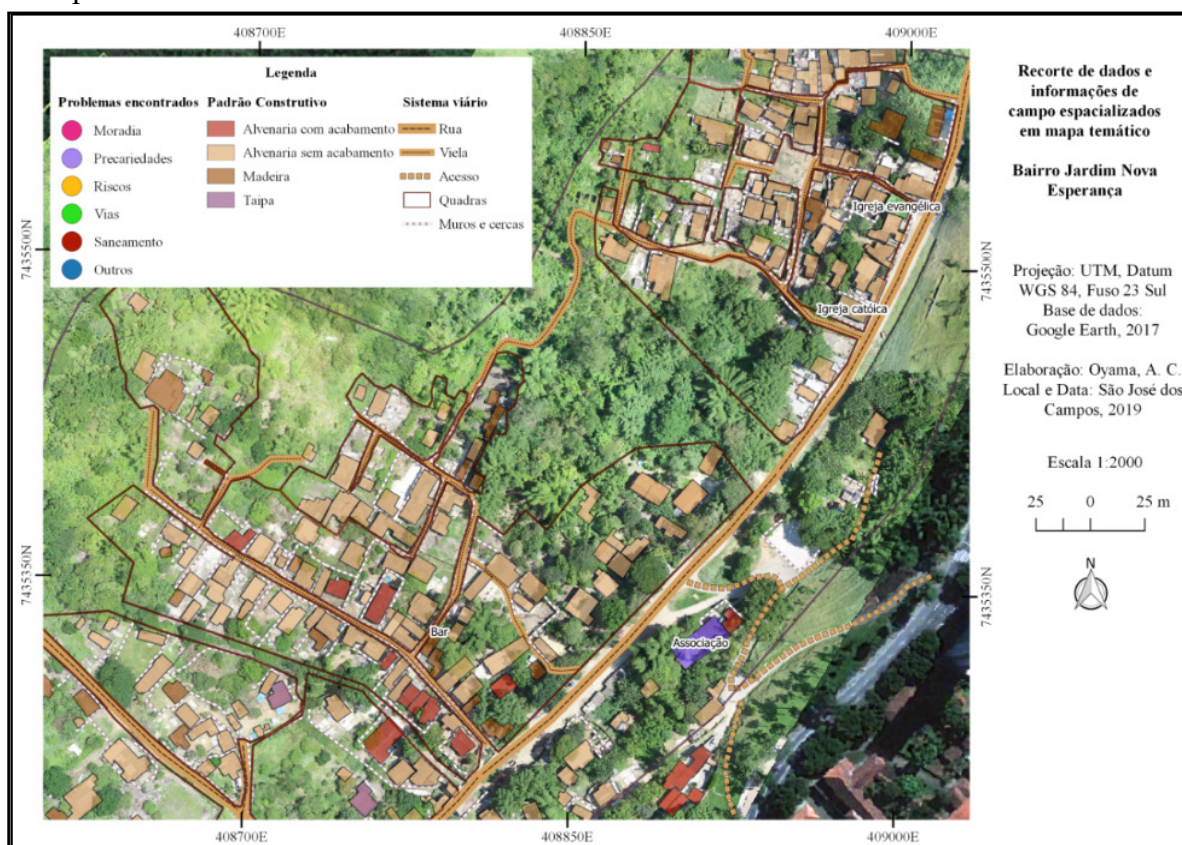


Figura 3: Recorte de dados e informações de campo da comunidade do Banhado espacializados em mapa temático. **Fonte:** Elaborado pelos autores.

FANTIN, M; et al

Além disso, foi organizado um cadastro técnico multifinalitário (Figura 4) que considerou variáveis como: mundo do trabalho, acesso à educação, lazer e mobilidade, assim como sobre a importância do banhado para segurança alimentar dos moradores, variáveis essas pouco abordadas pelos cadastros elaborados pelo poder público.



Figura 4: Desenvolvimento das atividades de aerolevantamento e cadastro técnico multifinalitário na comunidade durante o mês de janeiro de 2019. **Fonte:** Augusto Cesar Oyama.

Segundo Fantin et al. (2018), a utilização de RPA para levantamentos mais acessíveis permite prover uma base física detalhada para a participação social, aproximando assim a comunidade da construção do plano de regularização fundiária e urbanística e colaborando para a inversão do papel da tecnologia na sociedade. O bom nível de detalhamento do aerolevantamento com RPA permite construir discussões em relação às estratégias políticas de permanência em um local com risco de remoção, debater realocações de moradias que se encontram em risco geológico-geotécnico e definir traçados de vias que permitam estruturar uma rede de serviços urbanos como luz, água e esgoto, assim como delimitar as áreas onde serão instalados os equipamentos públicos.

Nesse sentido, ao dar voz ativa à comunidade no desenvolvimento do projeto, esse é um poderoso instrumento com notável potencial de retorno social.

Partindo desse pressuposto, a próxima etapa do trabalho envolverá a utilização do ortomosaico e das cartografias já produzidas para as oficinas participativas de projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma experiência que reverbera no campo da contracartografia, destacando-se cenários de invisibilidades de áreas informais e de ausências, sobretudo em termos de direitos fun-

FANTIN, M; et al

damentais, verificou-se que a integração entre geotecnologias e o mapeamento participativo permite construir, em conformidade com os critérios de representação gráfica da cartografia, um banco de dados fundamental e mapas temáticos a partir de informações coletadas e produzidas em campo (organização territorial, precariedades habitacionais, riscos geológico-geotécnicos, riscos de alagamento, fluxos de trabalho, espaços livres públicos e espaços potenciais para moradias etc).

Na mesma medida, a técnica de aerolevantamento com RPA se mostrou um poderoso instrumento com notável potencial de retorno social ao dar voz ativa à comunidade, especialmente com o suporte das geotecnologias. Soma-se a isso a simples operação do RPA, o reduzido custo e a fácil aplicabilidade e replicabilidade.

Como sublinha Mogel e Bhagat (2007) apud Mesquita (2013), a resistência à autoridade cartográfica não acontece somente desvelando e interpretando carências, efeitos e intenções, mas também, e, sobretudo, construindo outros mapas que se aproximem dos nossos interesses e das lutas políticas, sociais e ambientais.

De fato, o mapeamento participativo se constitui como ferramenta alternativa e multidisciplinar de empoderamento, de garantias de direitos fundamentais e de soberania do território, e remanesce como desafio particularmente no meio acadêmico.

FANTIN, M; et al

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N. **Estratégias para a proteção da orla das escarpas, banhados e paisagismo das avenidas de fundo de vale em São José dos Campos - SP.** In: Palestra ministrada pelo Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Saber na Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos: 1991.
- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ALBERINI, M. **Parecer Técnico Socioeconômico: Comunidade Jd. Nova Esperança - Banhado. São José dos Campos.** São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo/Núcleo de Habitação e Urbanismo, 2015.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 11262, de 08 de novembro de 2002.** Declara Áreas de Proteção Ambiental O Trecho da Serra da Mantiqueira e As áreas Urbanas no Município de São José dos Campos. São Paulo, SP.
- DA SILVA, R. C. O.; SHAW, K. **Cartografia da favela** – Fortalezas comunitárias para resistir a violência em Recife e Olinda. Santa Fe e Florianópolis: Shine a Light, 2011.
- FANTIN, M; PEDRASSOLI, J.C.; NELLI ZARATINE, G.; FRANCIONI COELHO, I. L. **The use of UAV for slums land regularization: potentialities, hindrances and challenges,** p. 560-567 . In: . São Paulo: Blucher, 2018.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, N. **SMH 2016: REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO.** Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- HARLEY, J. B. **The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography.** London: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- IBGE. **Censo Demográfico – 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** São Paulo: Vozes, 2001.
- _____. **Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados,** v. 17, n. 48, p. 151-166, 1 ago. 2003.
- MESQUITA, A. L. **Mapas dissidentes: Proposições sobre um mundo em crise (1960 – 2010).** Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Letras / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FANTIN, M; et al

MOGEL, L.; BHAGAT, A. (eds.). **An Atlas of Radical Cartography**. Los Angeles: Journal of Aesthetics and Protest Press, 2007.

MOORE, E.; GARZÓN, C. Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power. **Race, Poverty & the Environment**, 2010, 17(2), p.66-67.

PITILLO, J.C.P. **Favela tem que voltar ao mapa do Brasil**. **A Voz da Rússia**. Disponível em: https://br.sputniknews.com/?utm_source=redirect_sputnik&utm_medium=redirect&utm_campaign=redirect/news/2014_07_22/Favela-tem-que-voltar-ao-mapa-do-Brasil-3619/?slide-2. Acesso em: 22 de julho de 2014.